

A diferença entre os sentimentos humanos e divinos, a coexistência de ira, amor e misericórdia em Deus e a diferença entre a ira justa e a injusta: tradução dos capítulos XV, XVI e XVII da obra *De ira Dei* de Lactâncio

The differences between human and divine feelings, the coexistence of wrath, love and mercy in God and the difference between just and unjust wrath: translation of Chapters XV, XVI and XVII of Lactantius' De ira Dei

Cristóvão José dos Santos Júnior¹

¹Doutor em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: cristovao_jsjb@hotmail.com.

Recebido em 30 de março de 2021; Aceito em 4 de julho de 2021.

DOI: 10.12957/nearco.2021.58813.

Resumo

Prosseguimos com a tradução da obra *De ira Dei* de Lactâncio. Neste instante, apresentamos os capítulos XV, XVI e XVII. Saliente-se, então, que os produtos parciais fornecidos fazem parte de um projeto mais amplo de tradução da *De ira Dei*, o qual está sendo gradativamente desenvolvido e se insere, por sua vez, em um projeto ainda maior, que versa sobre a tradução de autores tardo-antigos. Visto que Lactâncio é um escritor pouco estudado em língua portuguesa, como ocorre com Fulgêncio e Ausônio, também por nós traduzidos, sentimos a necessidade de apresentar mais uma vez, ainda que de forma breve, elementos básicos ligados à sua biografia e à obra traduzida. Assim, o leitor que ainda desconhece nosso projeto não será surpreendido pela ausência de qualquer contextualização. Na sequência, indicamos algumas de nossas escolhas lexicais ligadas aos capítulos traduzidos. Ato contínuo, trazemos o texto de chegada por nós empreendido. No capítulo XV, Lactâncio aponta que Deus não possuiria os sentimentos que seriam típicos da fraqueza moral humana, como o medo, a paixão e a cobiça, conforme sugeriria o filósofo Epicuro. No capítulo XVI, Lactâncio afirma que *ira*, *caritas* e *miseratio* seriam *adfectus* divinos, coexistindo em Deus. No capítulo XVII, Lactâncio diferencia a ira justa da injusta partindo de pensadores como Cícero, Sêneca, Possidônio e Aristóteles. Por fim, apresentamos o texto de partida, que diz respeito, novamente, à edição crítica fixada por Christiane Ingreameu (1982).

Palavras-chave: Lactâncio. Ira de Deus. Sentimento divino. Antiguidade Tardia. Filosofia Moral Cristã.

Abstract

In this paper, I continue with the translation of Lactantius' *De ira Dei*. I am now translating Chapters XV, XVI and XVII. It should be emphasized that the partial products provided are part of a larger project of translation of the *De ira Dei*, which is being gradually developed and is part of a larger project, which deals with the translation of late Antique authors. Since Lactantius is a writer not that well studied in Portuguese, as is the case with Fulgentius and Ausonius, also translated by me, I felt the need to present once again, albeit briefly, basic elements linked to his biography and the work translated. Thus, the reader who is still unfamiliar with the project will not be surprised by the absence of any contextualization. Next, I indicate some of our lexical choices linked to the translated chapters. At last, I present the target text that we undertook. In Chapter XV, Lactantius points out that God does not possess the feelings that are typical of human moral weakness, such as fear, passion and greed, as suggested by the philosopher Epicurus. In Chapter XVI, Lactantius states that *ira*, *caritas* and *miseratio* would be divine *adfectus*, coexisting in God. In Chapter XVII, Lactantius differentiates between just and unjust anger, based on thinkers such as Cicero, Seneca, Possidonius and Aristotle. Finally, I present the source text, which is again the Christiane Ingreameu's critical edition (1982).

Keywords: Lactantius. God's wrath. Late Antiquity. Christian Moral Philosophy. Paganism.

Breves notícias sobre a *De ira Dei* e seus capítulos XV, XVI e XVII

Na esteira das informações apresentadas em nossas publicações a respeito da *De ira Dei*, a fortuna crítica considera, a partir das informações fornecidas por São Jerônimo, de dados intratextuais e de citações de outros escritores, que Lúcio Cecílio (ou Célio) Firmiano Lactâncio teria vivido entre os séculos III e IV d.C., sendo originário da Numídia, uma região situada ao norte do continente africano. Sua formação teria incluído estudo de grego, latim e retórica, tendo, provavelmente, sido discípulo de Arnóbio de Sica²⁸⁹. Ademais, ele teria recebido reconhecimento ainda em vida, havendo se tornado preceptor de Crispo, filho do imperador Constantino.

A produção lactanciana reverberou durante a Antiguidade tardia e a Idade Média, repercutindo no pensamento de escritores notáveis, a exemplo de Santo Agostinho de Hipona (séc. IV – séc. V d.C.), maior expoente da Patrística, e Fulgêncio, o

²⁸⁹ Conforme já indicado em nossos outros trabalhos tradutórios, pouco se sabe sobre Arnóbio de Sica. A fortuna crítica tende a considerá-lo o apologista cristão responsável pela obra *Adversus nationes*, em que se critica o paganismo ao longo de seus sete livros.

Mitógrafo (séc. V – séc. VI d.C.). Conquanto seja inegável sua relevância, a obra de Lactâncio ainda não foi totalmente traduzida para nosso idioma. Em nosso estudo, encontramos tão somente tradução da obra *De mortibus persecutorum*, de José Pereira da Silva (1995), e do escrito *De Aue Phoenixe*, traduzida pelos pesquisadores Daniel Carrara e Everton Natividade (2006).

Diante da evidente lacuna tradutória de um documento que possui sua importância, decidimos incluir a *De ira Dei* em nosso projeto de tradução de obras tardias²⁹⁰, objetivando engendrar seu primeiro texto de chegada²⁹¹ para nosso idioma, o que tem sido paulatinamente executado. Esse escrito se trata de um importante testemunho apologético tardio, em que Lactâncio refuta perspectivas estoicas e epicuristas, visando a justificar a ideia cristã de ira divina. Quanto a isso, cumpre recordar – conforme alhures apontado por nós – que Luca Gasparri (2013) afirma, inclusive, que essa é a única obra antiga supérstite inteiramente dedicada à temática da cólera de Deus.

No presente momento, ofertamos a tradução integral dos capítulos XV, XVI e XVII da *De ira Dei*, a partir, novamente, da edição crítica de Christiane Ingreteau (1982), que forneceu, juntamente com Gasparri (2003), significativo conjunto de comentários explicativos em notas, os quais foram muito valiosos para nosso estudo²⁹². Na décima quinta seção da obra, Lactâncio discute a natureza dos sentimentos divinos e humanos, ressaltando que as emoções humanas típicas de sua fraqueza moral não possuem matéria em Deus, muito embora exista a ira celestial asseguradora da justiça.

290 Também estamos traduzindo a *De aetatibus mundi et hominis* (*Das idades do mundo e da humanidade*) de Fulgêncio, as *Institutiones* (*Institutas*) de Justiniano e a obra poética de Ausônio.

291 Consoante informado em nossas demais publicações, foram localizados apenas alguns excertos tradutórios referentes a perquirições com maior recorte em seu direcionamento, a exemplo do exame empreendido por Paulo Tigges Júnior (2007), que traduziu algumas passagens da *De ira Dei* em sua dissertação de mestrado. Quanto às realizações para línguas estrangeiras, essa obra já foi traduzida para o eslovaco por Tomáš Bajus (2005); para o italiano por Umberto Boella (1973) e Luca Gasparri (2013); para o alemão por Gerhard Crone (1952); para o francês por Christiane Ingreteau (1982) e para o inglês por Mary Francis McDonald (1965).

292 Os capítulos I, II, VIII e XIV da *De ira Dei* já foram publicados por Cristóvão Santos Júnior (2020a, 2020b, 2020c e 2020d).

No capítulo XVI, por sua vez, sustenta-se que os sentimentos (*adfectus*) de ira (*ira*), amor (*caritas*) e misericórdia (*miseratio*) coexistiriam em Deus e se complementariam para salvaguardar a justiça. Conforme tal apologista, a ira contra os maus, o amor com os bons e a misericórdia com os aflitos seriam sentimentos virtuosos e pertinentes a Deus, sendo responsáveis pela garantia da ordem e da observância das normas. Caso não houvesse ira em Deus, os maus agiriam sem qualquer temor, de modo que a convivência social tornar-se-ia caótica, prevalecendo apenas a lei do mais forte.

O capítulo XVII, mais extenso que os dois anteriores, versa sobre a oposição entre a ira justa e a injusta. Inicialmente, Lactâncio questiona o posicionamento de Epicuro, segundo o qual Deus seria indiferente às ações humanas. Nesse sentido, aponta-se que a inércia é qualidade própria da morte, a qual não alcançaria Deus, de modo que não se afiguraria razoável supor que ele não se perturbaria com o pecado dos homens. Na sequência, considerando que haveria ira em Deus, Lactâncio adentra efetivamente na distinção entre a ira justa e a injusta, recorrendo a pensadores como Cícero, Sêneca, Possidônio e Aristóteles. Assim, defende-se que a ira que tem lugar em Deus é aquela devidamente refletida e orientação à justa correção dos vícios.

Quanto à nossa prática tradutória, é válido enfatizar que buscamos continuamente submeter nossos trabalhos de tradução aos periódicos acadêmicos, a fim de obter o retorno especializado dos pares mais experientes, o que consideramos de grande valia para o aperfeiçoamento global de nossa pesquisa. Assim, conforme costumamos indicar em nossas publicações, abrimo-nos ao aprendizado com os demais pesquisadores de nossa área, os quais, constantemente, fornecem-nos relevantes sugestões para a compreensão e tradução das obras por nós examinadas.

À semelhança das demais traduções já publicadas acerca da *De ira Dei*, nosso texto de chegada foi desenvolvido com o escopo de atender ao público acadêmico, mas sem perder de vista a busca por certa fluidez linguística. Desse modo, buscamos cultivar os casos e a sintaxe latina, além das marcas retóricas do texto de partida com o emprego de lexicais de viés religioso e com o intenso uso de operadores argumentativos que se coadunam com o caráter apologético do escrito latino.

Assim, tendo em conta nosso trabalho de sistematização lexical, traduzimos, quanto ao capítulo XV, *fortasse*, com uma ocorrência, uma vez por “pode ser”; *peccatum*, com uma ocorrência, uma vez por “pecado”; *prauitas*, com uma ocorrência, uma vez por “perversão”; *iustitia*, com duas ocorrências, duas vezes por “justiça”; *iniustitia*, com uma ocorrência, uma vez por “injustiça”; *iniustus*, com duas ocorrências, duas vezes por “injusto”; *lux*, com duas ocorrências, duas vezes por “luz”; *bonum*, com cinco ocorrências no singular, cinco vezes por “bem”; *malum*, com cinco ocorrências no singular, cinco vezes por “mal”; a expressão plural *bona et mala*, com uma ocorrência, uma vez por “coisas boas e más”; *anima*, com uma ocorrência, uma vez por “alma”; *corpus*, com uma ocorrência, uma vez por “corpo”; *ratio*, com duas ocorrências, duas vezes por “razão”; *enim*, com uma ocorrência, uma vez por “de fato”; *ergo*, com uma ocorrência, uma vez por “logo”; e *item*, com uma ocorrência, uma vez por “igualmente”.

No capítulo XVI, traduzimos *enim*, com quatro ocorrências, quatro vezes por “de fato”; *nam*, com uma ocorrência, foi traduzido uma vez por “na realidade”; *quia*, com quatro ocorrências, foi traduzido quatro vezes por “visto que”; *ergo*, com duas ocorrências, foi traduzido duas vezes por “logo”; *igitur*, com duas ocorrências, foi traduzido duas vezes por “portanto”; *ira*, com cinco ocorrências, foi traduzido cinco vezes por “ira”; *adflictus*, com três ocorrências, foi traduzido três vezes por “aflito”; *adfectus*, com três ocorrências, foi traduzido três vezes por “sentimento”; *materia*, com duas ocorrências, foi traduzido duas vezes por “matéria”; e *lex*, com duas ocorrências, foi traduzido duas vezes por “lei”.

No capítulo XVII, finalmente, traduzimos *ergo*, com sete ocorrências, sete vezes por “logo”; *mutus*, com uma ocorrência, uma vez por “mudo”; *cura*, com uma ocorrência, uma vez por “cuidado”; *semper*, com uma ocorrência, uma vez por “sempre”; *curare*, com três ocorrências, três vezes por “importar-se”; *ideo*, com uma ocorrência, uma vez por “por isso”; a expressão *non quia*, com uma ocorrência, uma vez por “não porque”; *quia*, com outras nove ocorrências, nove vezes por “visto que”; *sed*, com oito ocorrências, oito vezes por “mas”; *nam*, com cinco ocorrências, cinco vezes por “na realidade”; *nomen*, com duas ocorrências, duas vezes por “nome”; *administratio*, com duas ocorrências, duas vezes por “administração”; *disciplina*, com uma ocorrência,

uma vez por “disciplina”; *discipulus*, com uma ocorrência, uma vez por “aluno”; *lex*, com seis ocorrências, seis vezes por “lei”; *mors*, com quatro ocorrências, quatro vezes por “morte”. No que concerne, por derradeiro, ao âmbito antroponomástico, convém destacar que *Cicero*, com duas ocorrências, foi traduzido duas vezes por “Cícero”; *Posidonius*, com uma ocorrência, foi traduzido uma vez por “Possidônio”; *Seneca*, com uma ocorrência, foi traduzido uma vez por “Sêneca”; e *Epicurus*, com uma ocorrência, foi traduzido duas vezes por “Epicuro”, haja vista a necessidade de evidenciar o sujeito zeugmático do segundo parágrafo concernente ao verbo *inquit* (“diz”).

Texto de chegada em língua portuguesa

15, 1. Pode ser que alguém pergunte aqui de onde os pecados teriam chegado ao homem, ou que perversão teria distorcido a regra da instituição divina para coisas piores, de modo que, embora tenha nascido para a justiça, produziria, todavia, coisas injustas.

2. Eu já expliquei acima que Deus teria simultaneamente anteposto o bem e o mal, e que Ele, certamente, ama o bem, porém odeia o mal, que se opõe ao bem. Mas, por isso, Ele teria permitido o mal para que o bem brilhasse, porque, assim como muitas vezes ensinei, entendemos que um não pode perdurar sem o outro. Finalmente, o próprio mundo teria sido composto a partir de dois elementos opostos e reciprocamente ligados, o fogo e a umidade. A luz não teria podido surgir, a não ser que as trevas tivessem surgido, visto que não pode um superior existir sem um inferior, nem o oriental sem o ocidental, nem o calor sem o frio, nem o mole sem o duro.

3. Assim, nós também fomos constituídos a partir de dois elementos igualmente opostos, a alma e o corpo, dos quais uma é atribuída ao céu, visto que é tênue e intangível, a outra à terra, visto que é palpável. Um é substancial e eterno, o outro é frágil e mortal. Logo, o bem está unido a um, e o mal ao outro. Para um estão a luz, a vida e a justiça; para o outro estão as trevas, a morte e a injustiça. 4. Disso decorreu nos homens a depravação de sua natureza, de modo que tivesse sido necessário se instituir uma lei pela qual pudessem tanto os vícios ser proibidos como os deveres da virtude ser exigidos. 5. Portanto, já que existiriam, nos afazeres humanos, coisas boas e más, das

quais demonstrei a razão, é necessário que Deus se mova em ambas as partes. Quando vê acontecer coisas justas, Ele se move em direção à bondade, e, quando reconhece coisas injustas, Ele se move em direção à ira.

6. Mas Epicuro contesta e nos diz: se existem, em Deus, um sentimento de alegria em direção à bondade e um outro de ódio em direção à ira, é necessário que Ele tenha medo, paixão, cobiça e os demais sentimentos que são típicos da fraqueza moral humana. 7. – Não é necessário que quem se ire tema, ou que quem se alegre se lamente. Afinal, os irados são os menos tímidos, e os alegres lamentam-se por sua natureza. Mas é necessário falar sobre os sentimentos humanos, pelos quais nossa fraqueza sucumbe? Examinemos a necessidade divina (não quero, de fato, dizer “natureza”, visto que se acredita que Deus nunca nasceu).

8. O sentimento de medo tem matéria no homem, mas não a tem em Deus. O homem, visto que está sujeito a muitas desventuras e perigos, teme, a valer, que existe uma força maior que o açoite, espolie, lacere, aflija e aniquile. Contudo, Deus – sobre o qual não recai miséria, nem ofensa, nem dor, nem morte, não pode temer de nenhum modo, visto que não existe nada que possa empregar força contra Ele.

9. Igualmente, a razão e a causa da paixão no homem são evidentes. Na realidade, visto que ele foi feito frágil e mortal, foi necessário que se gerasse um outro sexo diverso, de cuja combinação se pudesse produzir descendentes para garantir a perpetuação da espécie. 10. Contudo, esta paixão não tem lugar em Deus, visto que tanto a fraqueza como a morte lhe são alheias. Não existe nenhuma mulher cuja união com Ele possa deleitar, nem precisa de sucessor aquele que sempre existirá. 11. Pode-se falar da mesma maneira sobre a inveja e a cobiça, que, por razões certas e evidentes, recaem no homem, mas de nenhum modo em Deus.

12. Mas, em verdade, a bondade, a ira e a misericórdia têm matéria em Deus, e, corretamente, seu supremo e singular poder lhes faz uso para a conservação das coisas.

16, 1. Alguém questionará qual seria essa matéria. Em primeiro lugar, os homens aflitos por males incidentais recorrem a Deus, aplacam-no e lhe suplicam, acreditando que Ele pode afastar deles os males. Portanto, Deus tem motivo para ser misericordioso

e não é, de fato, tão impiedoso e desdenhoso aos homens que negue ajuda aos que se encontrem em dificuldade.

2. Ademais, muitos foram convencidos de que a justiça agrada a Deus, e, visto que Ele seria senhor e pai de todas as coisas, veneram-no com preces constantes e votos frequentes, oferecem-lhe presentes e sacrifícios, e recebem seu nome com louvores, empenhando-se em contentá-lo com justas e boas obras. Logo, existe motivo pelo qual Deus tanto possa como deva ser benéfico. 3. Na realidade, se nada é tão pertinente a Deus do que a benevolência, e nada, por outro lado, lhe é tão alheio do que ser desagradecido, é necessário que Ele forneça algo pelas considerações de seus melhores adoradores e dos que vivem de modo santo e retribua em troca, não incorrendo na culpa do ingrato, a qual é criminosa até mesmo ao homem.

4. Ao contrário, contudo, outros são facínoras e malvados, que sujariam todas as coisas com suas paixões, devastariam com massacres, fraudariam, roubariam, mentiriam, não poupariam seus familiares, nem seus pais, e negligenciariam as leis e até mesmo o próprio Deus. Portanto, a ira tem matéria em Deus. 5. De fato, não é permitido a Ele, quando vir tais coisas ocorrerem, não se mover e insurgir para a punição dos pecadores e para destruir tanto os homens nocivos como perniciosos, a fim de que proteja todos os homens bons. Desse modo, a beneficência se faz presente também na ira.

6. Logo, encontram-se infundados os argumentos daqueles que, no mesmo momento que não querem que Deus se ire, querem que Ele seja benéfico, visto que isso não pode ocorrer sem ira, ou daqueles que consideram não existir nenhum movimento de ânimo em Deus. 7. E, visto que existem alguns sentimentos que não recaem em Deus, como paixão, medo, avareza, tristeza e inveja, disseram que Ele desvia completamente de todo sentimento. De fato, ele desvia destes últimos, visto que são sentimentos viciosos. Contudo, Ele tem como adequados, justos e verdadeiros os que são virtuosos, isto é, a ira contra os maus, o amor com os bons e a misericórdia com os aflitos, na medida em que são dignos pelo poder divino²⁹³. 8. Certamente, se Ele não os tiver, a

293 Convém recordar o trecho III, XXXII, 79, da obra *De natura deorum* (*Sobre a natureza dos deuses*) de Marco Túlio Cícero, na tradução proposta por Leandro Vendemiatti (2003): Segue-se que haja neles a mesma razão que no gênero humano, a mesma verdade esteja em ambas as partes e a mesma lei, que é

vida humana se desordenará e o estado das coisas atingirá tanta confusão que, desprezadas e suplantadas as leis, somente a imprudência reinaria, de modo que, finalmente, ninguém poderia estar seguro, a não ser o que prevaleceria com sua força: assim, toda a terra será devastada, como que em um banal latrocínio. Agora, na verdade, existe um lugar com virtudes e os crimes são mais raros, na medida em que os maus esperam a pena, os bons a graça e os aflitos a assistência.

9. Mas, de fato, muitas vezes, os criminosos são mais felizes, os bons mais miseráveis, e os justos são torturados impunemente pelos injustos. Posteriormente, examinaremos o porquê de essas coisas acontecerem. Por enquanto, expliquemos sobre a ira e se haveria alguma em Deus, ou se Ele não se preocuparia completamente com nada, nem se moveria diante das coisas que são geradas impiamente.

17, 1. Epicuro diz que Deus não se importa com nada. Portanto, Ele não tem poder, já que é necessário que quem o tenha se importe. Ou, se Ele o tem e não o utiliza, qual é o motivo para tanta negligência, de modo que, não lhe direi apenas nossa raça, mas também o próprio mundo lhe seja insignificante?

2. Por isso, Epicuro diz que Deus é incorrupto e abençoado, visto que sempre está inerte. Logo, a quem foi cedida a administração de tantas coisas, se elas, que vemos serem governadas por uma razão superior, são negligenciadas por Deus? Ou de que modo pode estar inerte aquele que vive e sente? Na realidade, o repouso é uma coisa relativa ao sono ou à morte. 3. Mas nem o sono tem repouso. Na realidade, quando estamos adormecidos e nosso corpo certamente repousa, nossa mente, todavia, agita-se irrequieta. Ela inventa para si imagens que reconheceria, de modo que exerça seu movimento natural por uma variedade de visões e se atrai às falsidades, até que os membros se satisfaçam e obtenham vigor a partir do repouso. 4. Portanto, o repouso eterno é somente próprio da morte. Por outro lado, se a morte não atinge Deus, é

o ensinamento do correto e o afastamento do mal. Disso se compreende que a prudência também e a mente chegaram aos homens da parte dos deuses; é por esse motivo que nas instituições dos antepassados a Mente, a Boa-Fé, a Virtude e a Concórdia foram imortalizadas e publicamente consagradas, as quais quem concordaria em afirmar que não estejam entre os deuses, visto que veneramos suas augustas e santas imagens? Ora, se estão no gênero humano a mente, a boa-fé, a virtude e a concórdia, de onde é que estas teriam podido confluir à terra senão dos superiores? Já que há em nós reflexão, razão e prudência, é necessário que os deuses as tenham maiores, e não apenas tenham, mas também as usem nas mais importantes e melhores coisas.

porque Deus, portanto, nunca está inerte. Qual pode ser, na verdade, a atividade de Deus senão a administração do mundo? Se, na verdade, Deus gere o cuidado do mundo, é porque Ele cuida da vida dos homens e examina os atos individuais e deseja que eles sejam sábios e bons. 5. Esse é o desejo de Deus, essa é a lei divina. Aquele que o segue, aquele que o observa, é caro a Deus. Portanto, é necessário que Deus se mova pela ira contra aquele que tenha violado ou desprezado essa lei eterna e divina.

6. – Epicuro diz “se Deus faz mal a alguém, então não é bom”. Enganam-se, não por um pequeno erro, aqueles que acusam a censura, tanto humana como divina, de acidez e malícia apenas por seu nome, julgando que se deva dizer-se nocivo aquele que aflige com pena os homens nocivos. Se é assim, nós temos, portanto, leis nocivas que sancionaram penalidades aos pecadores; juízes nocivos que afligem com pena de morte os culpados pelo crime. 7. Se é assim e a lei é justa, a qual retribui ao homem nocivo o que ele merece, e se diz que o juiz é íntegro e bom quando vinga os mal feitos, uma vez que aquele que pune os maus salvaguarda a saúde dos bons, logo, Deus também não é nocivo, já que obsta as coisas más. Contudo, é nocivo aquele que faz mal a um inocente ou poupa um homem nocivo, de modo que causaria mais males.

8. Convém indagar a estes que supõem Deus como imóvel se aquele que tenha um bem, uma casa ou uma família – na hipótese de seus escravos, desdenhando a paciência de seu senhor, invadissem todas as suas coisas, fruissem eles próprios de seus bens e a família ainda os honrasse, enquanto o senhor fosse desdenhado por todos, sendo escarnecido e abandonado – poderia ser considerado um homem sábio caso não se vingasse dos insultos e tolerasse que fruissem de seus bens aqueles sobre os quais tenha poder? Em que lugar pode ser encontrada tanta paciência? Se é, todavia, que se deva chamar de paciência, em vez de uma letargia apática. 9. Mas é fácil suportar o desdém. E se aquelas coisas que são ditas por Cícero ocorressem? “Também questiono se, de fato, algum chefe de família, quando por um escravo fossem assassinados seus filhos, morta sua esposa e incendiada sua casa – caso não lhe tivesse infligido uma penalidade violentíssima –, seria visto como clemente e misericordioso ou como desumano e cruelíssimo?”

10. Desse modo, se perdoar crimes desse gênero é algo mais próprio da crueldade do que da piedade, não é, logo, próprio da virtude em Deus não se mover contra as coisas que são feitas injustamente. 11. Na realidade, o mundo é como a casa de Deus, e os homens como seus escravos. Se seu nome lhes fosse tomado com escárnio, qual ou quanta seria sua paciência para que Ele cedesse às suas honras e visse baixas e iníquas ações sem indignar-se, o que é próprio e natural a Ele, a quem os pecados não agradariam? 12. Logo, é próprio da razão irar-se. De fato, os delitos são removidos e a permissividade é refreada, o que, certamente, seria agir justa e sabiamente. Mas os estoicos não viram que existe uma distinção entre o correto e o baixo, como existe ira justa e injusta; e, visto que não encontraram uma solução para o tema, desejaram extirpar a ira por completo. Entretanto, os peripatéticos – aos quais respondemos suficientemente no Livro VI das Instituições – disseram que ela não deveria ser extirpada, mas sim moderada.

13. Contudo, que os filósofos não teriam sabido qual é a razão da ira está evidente nas explicações que Sêneca enumerou nos Livros que compuseram sua obra *Sobre a Ira*: ele afirma que a ira é o desejo de ser vingada uma injustiça, ou, como diz Possidônio, é o desejo de punir quem julgues ter te lesado iniquamente. Alguns definiram assim: a ira é a incitação do ânimo para causar dano naquele que o causou ou quer causá-lo. A definição de Aristóteles não é muito diversa da nossa. De fato, ele diz que a ira é o desejo de retribuir a dor. 14. Esta é a ira injusta da qual falamos acima, que também se encontra nos seres mudos, mas que no homem deve ser, na verdade, coibida, para que não desponte um mal maior pela fúria. Essa ira não pode existir em Deus, visto que é Ele é inviolável. Contudo, ela se encontra no homem, visto que ele é frágil. De fato, a lesão imprime a dor, e a dor provoca desejo de vingança.

15. Logo, onde está aquela ira justa pela qual o homem se move contra os delinquentes? Certamente, ela não é o desejo de vingança, visto que a injustiça não a precede. 16. Não falo daqueles que pecam contra as leis: embora um juiz possa irar-se contra eles sem que haja crime, finjamos, todavia, que ele deva estar com o ânimo tranquilo quando ele submete o culpado à sua pena, visto que ele é servo das leis, não de seu ânimo ou de seu poder. Assim, de fato, eles querem e se esforçam para eliminar

a ira. Mas eu falo principalmente daqueles que estão sob nosso poder, como os escravos, os filhos, as esposas e os alunos: quando nós os vemos delinquir, somos impelidos a repreendê-los. 17. De fato, é necessário que as coisas que são baixas desagradem ao homem que é bom e justo, e que aquele a quem o mal desagrada se mova quando o veja ser cometido. Logo, levantamo-nos para a punição, não porque fomos lesados, mas para que a disciplina seja preservada, os costumes sejam corrigidos e a permissividade seja reprimida. 18. Esta é a ira justa, a qual assim como, no homem, é necessária à correção das coisas baixas, é certamente necessária em Deus, que é de onde provém o exemplo para o homem. 19. Na realidade, assim como devemos repreender os que estão sujeitos ao nosso poder, assim também Deus deve repreender os pecados de todos. Para que ele o faça, é necessário que ele se ire, visto que é natural que o bom se mova e se incite contra o pecado alheio.

20. Logo, assim tiveram que definir: a ira é um movimento do ânimo que se insurge para reprimir os pecados. Na realidade, a definição de Cícero, segundo a qual “a ira é ânsia de vingar-se”, não dista muito daquela supramencionada. 21. Contudo, a ira que podemos denominar de fúria ou irascibilidade não deveria, certamente, nem no homem existir, visto que é totalmente viciosa. Por outro lado, a ira pertinente à correção dos vícios nem deve ser removida do homem, nem de Deus, visto que é útil e necessária às coisas humanas.

Referências Bibliográficas

BAJUS, T. *Lactantius, De ira Dei. O hneve božom Alebo o existencii dobra a zla vo svete, preklad*, T. F. Bajus. Michalovce, 2005.

BOELLA, U. *Institutiones, De opificio Dei, De ira Dei*. Classici della Filosofia cristiana 5. Firenze: Sansoni, 1973.

CRONE, G. *Lactantius; eine Auswahl aus der Epitome, De ira Dei, und De mortibus persecutorum*. Paderborn: Schöningh, 1952.

GASPARRI, L. *Lattanzio: la collera di Dio*. Bompiani: Milão, 2013.

LACTANCE, *La Colère de Dieu, introduction, texte critique, traduction, commentaire et index* par C. Ingreteau, Paris Éd. du Cerf :, 1982.

MCDONALD, M. *Lactantius: The Minor Works*. The Fathers of the Church 54. Washington: Catholic University of American Press, 1965.

NATIVIDADE, Everton da Silva; CARRARA, Daniel Peluci. *Da ave Fênix*. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora Ltda., 2006.

SANTOS JÚNIOR, C. *Sócrates e a inexistência de sabedoria humana*, por Lúcio Cecílio Firmiano Lactâncio: tradução do capítulo I da obra *De ira Dei*. *Hypnos*, São Paulo, v. 45, p. 274-280, 2020a. Disponível em: <https://hypnos.org.br/index.php/hypnos/article/view/626>. Acesso em: 11 out. 2020.

SANTOS JÚNIOR, C. *A destruição dos fundamentos da religião por Epicuro*: tradução do capítulo VIII da obra *De ira Dei* de Lúcio Cecílio Firmiano Lactâncio. *Revista Escripturas*, v. 04, p. 291-301, 2020ba. Disponível em: <https://www.revistaescripturas.com/20202-6>. Acesso em 19/03/2021.

SANTOS JÚNIOR, C. *Cícero e o propósito da criação do homem*: tradução do capítulo XIV da obra *De ira Dei* de Lúcio Cecílio Firmiano Lactâncio. *Rónai*, v. 8, p. 108-115, 2020c. DOI: <https://doi.org/10.34019/2318-3446.2020.v8.31726>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ronai/article/view/31726>. Acesso em: 18/03/2021.

SANTOS JÚNIOR, C. *Os três degraus para o alcance da verdade*, por Lúcio Cecílio Firmiano Lactâncio: tradução do capítulo II da obra *De ira Dei*. *Caletroscópio*, v. 8, p. 46-54, 2020d. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br:8082/pp/index.php/caletroscopio/article/view/4460>. Acesso em 24/03/2021.

SILVA, José Pereira da. *Lactâncio: Sobre a Morte dos Perseguidores*. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, v. 1, n.3, p. 19-52, 1995.

TIGGES JÚNIOR, P. *História, memória e identidade no século IV d.C.: Lactâncio e a ação da Providência na construção de uma ordem política cristã*. 112 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007. Disponível em <http://repositorio.ufes.br/handle/10/6321>. Acesso em 06 nov. 2020.

VENDEMIATTI, L. *Sobre a Natureza dos Deuses de Cícero*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/269176/1/Vendemiatti_LeandroAbel_M.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

ANEXO COM O TEXTO DE PARTIDA LATINO

15, 1. Hic fortasse quaerat aliquis unde ad hominem peccata peruenerint aut quae prauitas diuini instituti regulam ad peiora detorserit ut, cum sit ad iustitiam genitus, opera tamen efficiat iniusta.

2. Iam superius explicaui simul deum proposuisse bonum ac malum, et bonum quidem diligere, malum autem quod bono repugnat odisse, sed ideo malum permisisse ut et bonum emicaret, quod alterum sine altero, sicut saepe docui, intellegimus constare non posse. Denique ipsum mundum ex duobus elementis repugnantibus et inuicem copulatis esse concretum, igneo et umido, nec potuisse lucem fieri nisi et tenebrae fuissent, quia nec superum esse potest sine infero nec oriens sine occidente nec calidum sine frigore nec molle sine duro.

3. Sic et nos ex duobus aequae repugnantibus compacti sumus, anima et corpore, quorum alterum caelo ascribitur quia tenue est et intractabile, alterum terrae quia comprehensibile est; alterum solidum et aeternum est, alterum fragile atque mortale. Ergo alteri bonum adhaeret, alteri malum, alteri lux uita iustitia, alteri tenebrae mors iniustitia. 4. Hinc extitit in hominibus naturae suae deprauatio, ut esset necesse constitui legem qua possent et uitia prohiberi et uirtutis officia inperari. 5. Cum igitur sint in rebus humanis bona et mala, quorum rationem declarauimus, necesse est in utramque partem moueri deum, et ad gratiam cum iusta fieri uidet, et ad iram cum cernit iniusta.

6. Sed occurrit nobis Epicurus ac dicit: si est in deo laetitiae adfectus ad gratiam et odii ad iram, necesse est habeat et timorem et libidinem et cupiditatem ceterosque adfectus qui sunt inbecillitatis humanae. 7. – Non est necesse ut timeat qui irascitur, aut

maereat qui gaudet; denique iracundi minus timidi sunt et natura laeti minus maerent. Quid opus est de humanis adfectibus dicere quibus fragilitas nostra succumbit? Consideremus diuinam necessitatem, nolo enim naturam dicere quia deus numquam creditur natus.

8. Timoris adfectus habet in homine materiam, in deo non habet. Homo, quia multis casibus periculisque subiectus est, metuit ne qua uis maior existat quae illum uerberet spoliaret laceret adfligat interimat, deus autem, in quem nec egestas nec iniuria nec dolor nec mors cadit, timere nullo pacto potest, quia nihil est quod ei uim possit adferre. 9. Item libidinis ratio et causa in homine manifesta est. Nam quia fragilis et mortalis effectus est, necessarium fuit alterum sexum diuersumque constitui, cuius permixtione suboles effici posset ad continuandam generis perpetuitatem. 10. Haec autem libido in deo locum non habet, quia et fragilitas et interitus ab eo alienus est, nec ulla est apud eum femina cuius possit copulatione gaudere, nec successione indiget qui semper futurus est. 11. Eadem de inuidia et cupiditate dici possunt, quae certis manifestisque de causis in hominem cadunt, in deum nullo modo.

12. At uero et gratia et ira et miseratio habent in deo materiam recteque illis utitur summa illa et singularis potestas ad rerum conseruationem.

16, 1. Quaeret quispiam quae sit ista materia. – Primum accidentibus malis adflicti homines ad deum plerumque confugiunt mitigant obsecrant, credentes eum posse ab his iniurias propulsare. Habet igitur deus causam miserandi; nec enim tam inimitis est hominumque contemptor ut auxilium laborantibus deneget.

2. Item plurimi quibus persuasum est deo placere iustitiam; eumque, quia sit dominus ac parens omnium, uenerantur et precibus adsiduis ac frequentibus uotis, dona et sacrificia offerunt, nomen eius laudibus prosequuntur, iustis ac bonis operibus demereri eum laborantes. Est ergo propter quod deus et possit et debeat gratificari. 3. Nam si nihil est tam conueniens deo quam beneficentia, nihil autem tam alienum quam ut sit ingratus, necesse est ut officiis optimorum sancteque uiuentium praestet aliquid ac uicem reddat, ne subeat ingrati culpam quae est etiam homini criminosa.

4. Contra autem sunt alii facinerosi ac nefarii qui omnia libidinibus polluant, caedibus uexent, fraudent rapiant periurent, nec consanguineis nec parentibus parcant,

leges et ipsum etiam deum neglegant. Habet igitur in deo ira materiam. 5. Non est enim fas eum, cum talia fieri uideat, non moueri et insurgere ad ultionem sceleratorum et pestiferos nocentesque delere, ut bonis omnibus consulat. Adeo et in ipsa ira inest gratificatio.

6. Inania ergo reperiuntur argumenta uel eorum qui, cum irasci deum nolunt, gratificari uolunt, quia ne hoc quidem fieri sine ira potest, uel eorum qui nullum animi motum esse in deo putant. 7. Et quia sunt aliqui adfectus qui non cadunt in deum, ut libido timor auaritia maeror inuidia, omni prorsus adfectu eum uacare dixerunt. His enim uacat quia uitiorum adfectus sunt, eos autem qui sunt uirtutis, id est ira in malos, caritas in bonos, miseratio in adflictos, quoniam diuina potestate sunt digna, proprios et iustos et ueros habet. 8. Quae profecto nisi habeat, humana uita turbabitur atque ad tantam confusionem deueniet status rerum ut contemptis superatisque legibus sola regnet audacia, ut nemo denique tutus esse possit nisi qui uiribus praeualeat: ita quasi communi latrocinio terra omnis depopulabitur. Nunc uero, quoniam et mali poenam et boni gratiam et adflicti opem sperant, et uirtutibus locus est et scelera rariora sunt.

9. – At enim plerumque et scelerati feliciores sunt et boni miseriores et iusti ab iniustis inpune uexantur. – Considerabimus postea cur ista fiant; interim de ira explicemus an sit aliqua in deo, utrum nihil curet omnino nec moueatur ad ea quae inpie geruntur.

17, 1. Deus, inquit Epicurus, nihil curat. – Nullam igitur habet potestatem, curare enim necesse est eum qui habeat; uel si habet et non utitur, quae tanta negligentiae causa est ut ei non dicam nostrum genus, sed etiam mundus ipse sit uilis?

2. – Ideo, inquit, incorruptus est ac beatus quia semper quietus. – Cui ergo administratio tantarum rerum cessit, si haec a deo neglegantur quae uidemus ratione summa gubernari? Aut quietus esse quomodo potest qui uiuit ac sentit? Nam quies aut somni res est aut mortis. 3. Sed nec somnus habet quietem. Nam cum soporati sumus, corpus quidem quiescit, animus tamen inrequietus agitur; imagines sibi quas cernat adfingit ut naturalem suum motum exerceat uarietate uisum, auocatque se falsis dum membra saturentur ac uigorem capiant de quiete. 4. Quies igitur sempiterna solius mortis est. Si autem mors deum non attingit, deus igitur numquam quietus est. Dei uero

actio quae potest esse nisi mundi administratio? Si uero mundi curam gerit, curat igitur hominum uitam deus et singulorum actus animaduertit eosque sapientes ac bonos esse desiderat. 5. Haec est uoluntas dei, haec diuina lex; quam qui sequitur, qui obseruat, deo carus est. Necesse est igitur ut ira moueatur deus aduersus eum qui hanc aeternam diuinamque legem aut uiolauerit aut spreuerit.

6. – Si nocet, inquit, alicui deus, iam bonus non est. – Non exiguo falluntur errore qui censuram siue humanam siue diuinam acerbitatis et malitiae nomine infamant, putantes nocentem dici oportere qui nocentes adficit poena. Quod si est, nocentes igitur leges habemus quae peccantibus supplicia sanxerunt, nocentes iudices qui scelere conuictos poena capitis adficiunt. 7. Quod si et lex iusta est quae et nocenti retribuit quod meretur, et iudex integer ac bonus dicitur cum male facta uindicat – bonorum enim salutem custodit qui malos punit –, ergo et deus cum malis obest, nocens non est; is est autem nocens qui aut innocenti nocet aut nocenti parcit, ut pluribus noceat.

8. Libet quaerere ab his qui deum faciunt immobilem, si quis habeat rem domum familiam seruique eius contemnentes patientiam domini omnia eius inuaserint, ipsi bonis eius fruuntur, ipsos familia eius honoret, dominus autem contemnatur ab omnibus, derideatur relinquatur, utrumne sapiens esse possit qui contumelias non uindicet suisque rebus eos frui patiatur in quos habeat potestatem? Quae tanta in quoquam potest patientia reperiri? si tamen patientia nominanda est et non stupor quidam insensibilis. 9. – Sed facile est ferre contemptum. – Quid si fiant illa quae a Cicerone dicuntur? «Etenim quaero, si quis pater familias liberis suis a seruo interfectis, uxore occisa, incensa domo supplicium de seruo non quam acerrimum sumpserit, utrum is clemens ac misericors an inhumanus et crudelissimus esse uideatur?»

10. Quod si eiusmodi facinoribus ignoscere crudelitatis est potius quam pietatis, non est ergo uirtutis in deo ad ea quae iniuste fiunt non commoueri. 11. Nam mundus tamquam dei domus est et homines tamquam serui; quibus si ludibrio sit nomen eius, qualis aut quanta patientia est? ut honoribus suis cedat, ut praua et iniqua fieri uideat et non indignetur, quod proprium et naturale est ei cui peccata non placeant? 12. Irasci ergo rationis est; auferuntur enim delicta et refrenatur licentia, quod utique iuste sapienterque fit. Sed Stoici non uiderunt esse discrimen recti et prauis, esse iram iustam,

esse et iniustam; et quia medellam rei non inueniebant, uoluerunt eam penitus excidere. Peripatetici uero non excidendam sed temperandam esse dixerunt; quibus in sexto libro Institutionum satis respondimus.

13. Nescisse autem philosophos quae ratio esset irae apparet ex finitionibus eorum, quas Seneca enumerauit in libris quos de ira composuit: «Ira est, inquit, cupiditas ulciscendae iniuriae aut, ut ait Posidonius, cupiditas puniendi eius a quo te inique putes laesum»; «Quidam ita finierunt: ira est incitatio animi ad nocendum ei qui aut nocuit aut nocere uoluit»; «Aristotelis definitio non multum a nostra abest. Ait enim iram esse cupiditatem doloris reponendi». 14. Haec est ira de qua superius diximus iniusta, quae etiam mutis inest, in homine uero cohibenda est, ne ad aliquod maximum malum prosiliat per furorem. Haec in deo esse non potest quia inlaesibilis est, in homine autem quia fragilis est inuenitur. Inurit enim laesio dolorem et dolor facit ultionis cupiditatem.

15. Vbi est ergo ira illa iusta qua mouetur aduersum delinquentes? Quae utique non est cupiditas ultionis, quia non praecedit iniuria. 16. Non dico de his qui aduersum leges peccant: quibus etsi iudex sine crimine irasci potest, fingamus tamen eum sedato animo esse debere cum subicit poenae nocentem, quia legum sit minister, non animi aut potestatis suae; sic enim uolunt qui iram conantur euellere. Sed de his potissimum dico qui sunt nostrae potestatis, ut serui, ut liberi, ut coniuges, ut discipuli: quos cum delinquere uidemus, incitamus ad coercendum. 17. Necesse est enim bono ac iusto displicere quae praua sunt, et cui malum displicet mouetur cum id fieri uidet. Ergo surgimos ad uindictam, non quia laesi sumus, sed ut disciplina seruetur, mores corrigantur, licentia conprimatur. 18. Haec est ira iusta; quae sicut in homine necessaria est ad prauitatis correctionem, sic utique in deo, a quo ad hominem peruenit exemplum. 19. Nam sicuti nos potestati nostrae subiectos coercere debemus, ita etiam deus peccata uniuersorum debet coercere. Quod ut faciat, irascatur necesse est, quia naturale est bono ad alterius peccatum moueri et incitari.

20. Ergo ita definire debuerunt: ira est motus animi ad coercenda peccata insurgentis. Nam definitio Ciceronis, «ira est libido ulciscendi», non multum a superioribus distat. 21. Ira autem quam possumus uel furorem uel iracundiam nominare, haec ne in homine quidem debet esse quia tota uitiosa est, ira uero quae ad

correctionem uitiorum pertinet, nec homini adimi debet nec deo potest, quia et utilis est rebus humanis et necessaria.